

A importância estratégica da intermediação de mão-de-obra para a ativação do mercado de trabalho

Lorena Ferraz C. Gonçalves¹.

O Brasil é considerado hoje uma economia em ascensão. Por outro lado, observamos internamente um quadro de escassez de profissionais de alta qualificação; um mercado de trabalho cheio de fragilidades, muito em decorrência do aumento do trabalho precário e autônomo, do aumento dos contratos flexíveis pouco regulados e das altas taxas de rotatividade; deparamo-nos também com um sistema de proteção social ao trabalho pouco eficaz, tendo em vista padrões internacionais e a quase ausência de planejamento estratégico e politicamente coordenado por parte do governo e das organizações que representam os interesses dos trabalhadores e do capital.

O investimento em políticas ativas do mercado de trabalho, principalmente qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, é bem menor do que o investimento nas chamadas políticas passivas do mercado trabalho, que são as políticas mais protetivas, como o Seguro-Desemprego.

O propósito do Programa Seguro-Desemprego (PSD) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é o de combinar políticas ativas e passivas, com o sentido de equilibrar a relação entre a proteção social e a eficiência econômica. Mas de fato, o que existe é uma discrepância entre o investimento em políticas ativas e políticas passivas do mercado de trabalho como porcentagem do PIB e uma considerável desintegração entre os três pilares do programa: a qualificação profissional, a intermediação de mão-de-obra e o pagamento do Seguro-Desemprego.

O sistema público de intermediação de mão-de-obra, o SINE, teria nesse contexto um grande potencial para integrar a qualificação profissional, a intermediação de mão-de-obra e o Seguro-Desemprego, aumentando a eficiência e a eficácia da política de emprego e renda. Essa integração é estratégica para se produzir uma ativação do mercado de trabalho. A “ativação do mercado de trabalho” pode ser genericamente definida como a combinação de ferramentas políticas para dar suporte e incentivar a procura de emprego e a efetiva recolocação, a participação produtiva na sociedade, e tornar o mercado e

¹ Socióloga, mestre em Ciências Sociais (UnB).

os trabalhadores autossuficientes e menos dependentes do suporte público, mas de maneira sustentável no tempo.

Segundo pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (2010), o SINE tem falhado em dar suporte tanto aos trabalhadores, quanto aos empregadores. Além disso, o SINE está associado majoritariamente aos empregos de baixa qualificação e de baixos salários.

A política de qualificação profissional, por outro lado, tem mostrado pouca eficácia em preparar trabalhadores desempregados para o mercado, e parece estar descolada em relação à dinâmica econômica do trabalho. Isto deve ser compreendido considerando-se a baixa qualidade dos cursos de qualificação profissional no passado. Em muitos casos, a necessidade de uma oferta mais abundante de mão de obra qualificada não pode ser resolvida no âmbito das firmas individualmente, **é vital que as Centrais Sindicais se envolvam de maneira mais autônoma, coordenada e refletida no processo de qualificação profissional, e que o diálogo entre capital, trabalho e governo seja ampliado e aperfeiçoado institucionalmente.**

As transformações tecnológicas e a crescente pressão pela inovação e pelo aumento de produtividade tornaram mais prementes as **políticas públicas coordenadas** de qualificação profissional. Tal movimento passa inequivocamente pela “vontade política” de todos os interesses organizados abrangidos, isso quer dizer superar o imediatismo político e a desconfiança sistêmica no campo das interações estratégicas.

As políticas ativas de mercado de trabalho tem um papel-chave a desempenhar no movimento de aumento das habilidades profissionais, no fortalecimento da capacidade de barganha dos trabalhadores (autonomia) e no aperfeiçoamento da proteção social ao trabalho clássico e as novas formas de trabalho flexível (bem-estar social). Contudo, não basta alargar o investimento nas políticas ativas do mercado de trabalho, é crucial fazer com que elas funcionem de maneira integrada e alcancem os objetivos propostos para a ativação do sistema socioeconômico. Uma estratégia viável é aprofundar o entendimento da importância que a intermediação de mão-de-obra (IMO) tem na integração das ações políticas de ativação do mercado de trabalho, e agir para o aprimoramento dessa ferramenta.

Aqui, um ponto importante a salientar a característica tripartite da política pública de emprego, trabalho e renda. A literatura internacional na área mostra **que o sucesso dessa política envolve a participação organizada dos maiores interessados em seu sucesso, nesse caso, trabalhadores e empregadores**. O

CODEFAT, como um espaço de interação e diálogo desses interesses organizados, é o modelo para tomada de decisões políticas e orçamentárias no âmbito do Programa Seguro-Desemprego, tendo assim profundo impacto no desenvolvimento da política de emprego, trabalho e renda.

As centrais sindicais de trabalhadores tem tido papel crucial dentro do CODEFAT na briga pelo aumento da qualificação profissional, pela expansão e valorização do Seguro-Desemprego e pelo investimento no sistema público de intermediação de mão de obra. As centrais necessitam se munir cada vez mais de conhecimento e preparar-se para utilizar mais estrategicamente a posição que ocupam dentro do CODEFAT, opinando e sugerindo medidas de reestruturação do sistema SINE, com o sentido de integrar e aumentar a eficiência da política pública de emprego, trabalho e renda que oportunizem os trabalhadores.

Referência

Marinho, D. N. C. (Org.); Balestro, M. V. (Org.) e Walter, M. I. (Org.) (2010) Políticas públicas de emprego no Brasil: avaliação externa do Programa Seguro-Desemprego, Brasília:Verbis. 350 p.